

Parcelas do custeio do trigo são prorrogadas

O Banco do Brasil prorrogou as parcelas de custeio do trigo. Para a agricultura empresarial, os pagamentos de janeiro e fevereiro deverão ser efetuados com o último vencimento do contrato, que pode ser maio ou junho. A prestação de março foi estendida em três meses, informou o gerente José Kochhann Sobrinho. A medida atende em parte pleito da Farsul, que solicitava vencimento único em 20 de julho. O pedido havia sido encaminhado pelo presidente da Farsul, Carlos Sperotto, ao Banco do Brasil e ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, devido à dificuldade de comercialização e do preço mercado em patamares baixos, em torno de R\$ 22,50 o saco, inferior ao custo de produção, de R\$ 34,00 o saco, e do preço mínimo, de R\$ 25,07 a R\$ 28,80 o saco. É necessário que o mutuário faça o pedido formal de prorrogação e anexe Carta de Depósito do Produto, em quantidade suficiente para quitar a operação.

Preço mínimo

O Ministério da Agricultura chancelou a proposta da Conab de reajuste de aproximadamente 10% no preço mínimo do trigo. Com isso, a tonelada do tipo pão deve passar de R\$ 480,00 para R\$ 530,00 e do melhorador, de R\$ 520,00 para R\$ 560,00, se-



Cereal tipo pão deve ter o preço mínimo reajustado dos atuais R\$ 480,00 para R\$ 530,00 a tonelada

gundo o diretor de logística e gestão empresarial da Conab, Sílvio Porto. Para o trigo branco, não deve haver elevação no valor, a fim de desestimular a produção. A proposta será apreciada pelo Ministério da Fazenda e, se houver concordância, deve ir à votação em reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os triticultores haviam solicitado elevação do preço do tipo pão para R\$ 600,00 a tonelada.

Plano agrícola

Produtores e representantes da indústria de trigo entregaram proposta para o Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, durante reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Cultu-

ras de Inverno. Entre as solicitações da cadeia produtiva estão o reajuste do preço mínimo de R\$ 480,00 para R\$ 600,00 a tonelada, e o aumento de subsídios ao prêmio do seguro agrícola de 70% para 75%, com a adoção de cobertura mínima de 70% da produtividade média histórica dos produtos ou de órgão oficial estadual. O diretor do Departamento de Comercialização e de Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos, disse que o Conselho Monetário Nacional (CMN) deve votar as reivindicações feitas pelos triticultores ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Além da cor-

reção do preço mínimo, também reivindicam a liberação antecipada de R\$ 2,5 bilhões para o custeio da safra, cujo plantio começa no final de março. Segundo ele, o governo acolherá as propostas do setor, mas precisa aguardar o valor do preço mínimo a ser sugerido pela Conab. “Uma vez que a Conab apresente a sugestão, faremos uma discussão interna e com o Ministério da Fazenda para, então, apresentar a proposta de preço mínimo ao CMN”, afirmou.

Tarifa Externa Comum

Triticultores pediram ao Ministério da Agricultura a manutenção da Tarifa Externa Comum (TEC), enquanto repre-

sentantes dos moinhos solicitaram ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a retirada da tarifa. No entanto, eles chegaram a um consenso na reunião da Câmara Setorial. Eles concordaram que a cobrança de 10% para importação de países de fora do Mercosul deve ser mantida enquanto durarem os estoques, estimados em 3 milhões de toneladas. Ficou alinhavado o pedido de isenção da TEC entre maio e agosto.

A intenção dos moinhos é retirar a tarifa para garantir o abastecimento, devido à quebra na Argentina. Miguel Jorge prometeu levar o tema à Camex. O Brasil consome 10,2 milhões de toneladas, enquanto a produção é de 6 milhões de t. Os produtores querem assegurar a comercialização da safra e evitar o achatamento do preço.

O presidente da Comissão do Trigo da Farsul, Hamilton Jardim, acrescentou que ainda há 1 milhão de toneladas de trigo que não foram comercializadas. Além disso, a entidade pleiteia a criação de mecanismo que possibilite o pagamento do custeio com a produção. Além de facilitar para o triticultor, o governo iria adquirir parte da oferta, enxugando o mercado.